



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: 19/08/2019

Aprovado em: 24/08/2019

Editor Respo.: Veleida Anahi - Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.01.23>

MERCADO, CAPITAL E ENSINO MÉDIO: ASPECTOS EM DISPUTA - MARKET, CAPITAL AND MIDDLE SCHOOL: ASPECTS IN DISPUTE - MERCADO, CAPITAL Y ENSEÑANZA MEDIO: ASPECTOS EN DISPUTA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SAYARAH CAROL MESQUITA DOS SANTOS , JAILTON DE SOUZA LIRA , ANA CAROLINA DE OLIVEIRA NUNES PEREIRA

Resumo

Nosso objetivo consiste em analisar como a educação brasileira atual recebe influências que evidenciam um modelo de perfil autoritário e simultaneamente voltado à formação para o mercado. Utilizamos o estudo bibliográfico como fonte das análises desenvolvidas. Historicamente, observa-se que a classe dominante busca potencializar seus interesses utilizando a educação como um meio estratégico de difusão de valores ideológicos e de dominação por meio do mercado através de projetos como a Reforma do Ensino Médio. Defendemos a necessidade de uma educação que resista às teses mercadológicas e antidemocráticas em favor de concepções que valorizem a pluralidade de ideias, o pensamento crítico e os princípios democráticos.

Abstract

Our objective is to analyze how current brazilian education receives influences that evidence an authoritarian profile model and simultaneously aimed at training for the market. We used the bibliographic study as the source of the analyzes developed. Historically, it has been observed that the ruling class seeks to leverage their interests by using education as a strategic means of disseminating ideological values and market dominance through projects such as the High School Reform. We argue for the need for an education that stands up to, market, and antidemocratic theses in favor of conceptions that value plurality of ideas, critical thinking, and democratic principles.

Resumen

Nuestro objetivo consiste en analizar como la educación brasileña actual recibe influencias que evidencian un modelo de perfil autoritario y simultáneamente orientado a la formación para el mercado. Utilizamos el estudio bibliográfico como fuente de los análisis desarrollados. Históricamente, se observa que la clase dominante busca potenciar sus intereses utilizando la educación como un medio estratégico de difusión de valores ideológicos y dominación a través del mercado a través de proyectos como la Reforma de la Enseñanza Media. Defendemos la necesidad de una educación que resista a las tesis, mercadológicas y antidemocráticas a favor de concepciones que valoren la pluralidad de ideas, pensamiento crítico y los principios democráticos.

Introdução

O objetivo desse estudo consiste em analisar como, no cenário atual, a educação brasileira vem recebendo forçar a liberdade de pensamento, restringir o conhecimento e materializar um projeto de educação atrelado principalmente para a formação de mão de obra barata, útil aos segmentos empresariais na medida em que empregos que ofereçam salários e condições de trabalho mais dignos à classe trabalhadora, inibindo também momentos de recessão econômica é colocada em posição defensiva em razão do aumento das taxas de desemprego.

Nessa perspectiva, buscamos analisar, especialmente, a atual reforma do Ensino Médio estabelecida pela Lei dessa etapa da educação no quesito do currículo, dos saberes e áreas do conhecimento e também do trabalho do

Utilizamos a abordagem qualitativa de investigação, que consiste em identificar e compreender os fenômenos, processos e explicando a dinâmica da realidade em aspectos em que existem dificuldades no estabelecimento de relações (FILHO; SÁNCHEZ GAMBOA, 2013; FAZENDA, 2000). Essa abordagem identifica mais claramente as mudanças estruturais e representações formais próprias dos ordenamentos legais resultantes das contradições presentes na sociedade.

Dentre as características da pesquisa qualitativa, ela se encontra no campo descritivo das palavras ou imagens (fotografias, vídeos, documentos etc.); há um interesse pelo processo do que pelo simples resultado ou produto; as pessoas dão às suas vidas, isto é, as interpretações que são dadas conforme diferentes contextos, com o tempo (BRYMAN, 1994).

Nesse sentido, usamos especificamente o estudo bibliográfico a partir das contribuições teóricas de autores como Lira (2018), Frigotto (2010), Frigotto e Ciavatta (2011), Motta e Frigotto (2017), Oliveira (2005), Saviani (2018), Mesquita e Lelis (2015) e Silva e Scheibe (2017) que discutem a relação entre educação e sociedade, entre Ensino Médio e mercado, bem como a discussão sobre a educação no campo das políticas públicas.

Estruturamos a análise apontando a realidade da educação brasileira no contexto atual do capitalismo em que o Ensino Médio confirma um modelo educativo atrelado às necessidades formativas do mercado. Por último, a educação pode se tornar um instrumento de resistência ao avanço das concepções autoritárias e elitistas em que a educação é insuficiente até mesmo em termos de qualificação profissional.

Educação: crise do capitalismo e formação para o mercado

Situando-se no contexto atual de crise estrutural do capital, que para Mészáros (2011) é extensa, contínua, incluindo a educação, vemos que o sistema do capital em crise busca a manutenção das suas taxas de lucro a qualquer custo, mesmo às condições básicas de sobrevivência da humanidade.

Uma crise permanente em que não se vislumbra no horizonte próximo indícios de abrandamento em relação às condições econômicas e sociais. Ou seja, atualmente não se fala mais em crises cíclicas, mas em uma crise permanente, em que ao encontrar limites à sua tendência expansiva e de acumulação elimina todos os obstáculos possíveis à sua reprodução.

Esta situação é bem distinta do que ocorria até então e que foi amplamente discutido por diversos teóricos da educação, especificamente na área educacional (FREITAS, 2014; FRIGOTTO, 2010; OLIVEIRA, 2005). Em vista deste funcionamento, o sistema do capital:

está submetida cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a indústria, a manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de valorização, até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos.

Já Chesnais (2011) considera que o sistema do capital não produz apenas uma crise econômica e social, mas a civilização, na qual explorados e dominados já estão mergulhados. Os trabalhadores, portanto, se vêem diante de governos e empresas cujo objetivo não é só jogar o peso da crise sobre eles, mas também mudar as relações de

A expansão do sistema se opõe aos mais elementares processos de resistência, contado com a colaboração dos privados; mas isso só é possível devido a capacidade demonstrada pelos seus representantes de disseminar o sistema, de internalização dos valores liberais e individualistas, que possibilita que as camadas populares, em vez de exploração e, ao invés de opor resistência, defendem as concepções ideológicas do capital. Provavelmente, isso é para a continuidade deste modo de produção, apesar das suas inúmeras contradições.

No campo da educação, as corporações internacionais há muito tempo vêm ditando a condução das políticas públicas dependentes. Na realidade, é possível constatar que países alinhados à ideologia neoliberal como o Brasil, com diversas políticas e programas inclusivos no âmbito da educação, se encontrem no presente em um movimento de transformação do sistema capitalista, que em sua totalidade orgânica vislumbra na educação uma fonte de obtenção dos recursos ideológicos associadas aos princípios teóricos do neoliberalismo.

É fato que a universalização do modo de produção capitalista e a manutenção da sua reprodução impôs a reestruturação planetária, principalmente, em países de capitalismo dependente. Nesse quesito, Oliveira (2005) argumenta que aproxima a escola do mercado, fazendo com que seus objetivos se assemelhem a este último.

Assim, com a:

convicção de que o investimento na área educacional poderia ser o instrumento principal existente, governantes de todo mundo passam a depositar no sistema formal e na reestruturação do processo educativo, sejam alcançados maiores níveis de produtividade e suas economias um nível de competitividade capaz de desfrutar de uma fatia maior do mercado (p. 9).

Os problemas educacionais que enfrentamos no Brasil (como a falta de professores, as condições do trabalho docente, a questão do analfabetismo, dentre outras questões que são expostas através dos indicadores educacionais) não são saídas apontadas pelos agentes que vivenciam concretamente a educação no Brasil, isto é, os trabalhadores. A educação, mediante a tutela e parceria com o Estado, propõe e implementa políticas públicas influenciadas pelo sistema.

Seus agentes, por sua vez, buscam investir na melhoria dos indicadores educacionais, através de um conjunto de medidas vistas ao avanço da qualidade da educação e da vida das pessoas, mas dos interesses rentáveis para o sistema: mais força de trabalho minimamente qualificada e barata para o mercado e o crescimento do setor produtivo instituída que se restringe ao mínimo possível em termos de formação dos sujeitos, priorizando a vertente econômica que poderiam ser trabalhados em um processo formativo que se pretendesse mais amplo, com foco no desenvolvimento humano.

Na concepção de Frigotto (2010, p. 165), estamos diante de um processo em que o capital demanda trabalhadores que implicam mais escolaridade, ao mesmo tempo, busca também “manter tanto a subordinação do trabalhador quanto a evidenciando-se que seu interesse maior na escolarização dos trabalhadores decorre da necessidade de adestramento da classe trabalhadora às condições impostas pelo sistema.

Ou seja, o capital também atua na educação no sentido de ser um campo possível de difusão das ideologias e conceitos derivados da área empresarial, como *empreendedorismo*, *qualidade total*, *competências* e *polivalência*, pela elevação da pobreza e do desemprego, invertendo as explicações sobre as desigualdades sociais por meio dos conceitos se fundamentam em relações sociais caracterizadas pela concorrência individual e pela solução negociando a necessidade de qualquer construção coletiva, de respeito aos valores de solidariedade humana e da cidadania.

Destarte, na análise de Freitas (2014), as elites empresariais, ao pretenderem qualificar a classe trabalhadora para funções de menor rendimento, não abrem mão do controle ideológico para não correrem o risco de abrir espaço para progressistas comprometidas com transformações sociais mais profundas.

Em paralelo, também visam criar facilidades para as empresas que vendem consultoria, materiais didáticos, e na difusão de métodos tecnicistas e introduzem nas redes e escolas processos de gestão verticalizados que profissionais da educação” (FREITAS, 2014, p. 1092), garantindo a obtenção de suas metas e direcionando pedagógicos e os valores culturais no cotidiano do processo educativo.

Corroborando com essa afirmativa, Freitas (2018, p. 129, grifo do autor) aponta que:

A reforma empresarial não só produz efeitos negativos, como também ofusca as *colaborativas que poderiam estar sendo construídas*, impedindo-as de se desenvolverem, comprometendo a qualidade da escola pública, ao apostar em métodos excludentes e de responsabilização pelo financiamento pela transferência de recursos públicos para contratos terceirizados, assessorias e consultorias.

A proposição de reformas educacionais por parte dos setores empresariais, principalmente na educação organizacional competitiva e individualista que limita os princípios e ações pedagógicas ao alcance do mercado. Entretanto, fazer a crítica às reformas empresariais na educação não significa dizer que o modelo de educação seria necessária a sua manutenção, mas de entender que é possível construir alternativas de mudanças que permitam como o setor empresarial na prática acaba fazendo.

Ensino Médio e mercado

A reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº13.415/2017, sobre o qual iremos tratar agora, é um exemplo de educação como um fim em seu próprio benefício.

Formulada no governo interino de Michel Temer (2016-2018), a proposição de um novo currículo para essa etapa de debates e conflitos em torno da definição do Ensino Médio e de suas finalidades formativas, campo de movimentos educacionais, pesquisadores e, principalmente, alvo essencial dos organismos empresariais na adequação dessa etapa aos objetivos do mercado.

Assim, o discurso ideológico de um “novo” currículo para o Ensino Médio que possa se ajustar a sociedade do trabalho, as lógicas empreendedoras e das iniciativas individuais dos jovens no mercado se solidifica e fortalece as financeiras e organismos multilaterais que buscam atuar nessa etapa da educação, visando a manutenção e aceitação das condições impostas pelo capital. Assim, a urgência da reforma do Ensino Médio surge dessa necessidade.

Vale salientar que nesse sentido a reforma não foi discutida e ouvida pelos segmentos que fazem e compõem a educação. É importante lembrar também que nesse contexto, as escolas, institutos federais e universidades públicas estudantil pelo Brasil que tinha como pauta a luta contra a reforma do Ensino Médio e a conhecida Emenda pública que limitam por 20 anos o investimento de recursos na área da saúde e educação.

Essa reforma, instituída pela Lei nº 13.415/2017, traz diversas mudanças para o Ensino Médio. Estas alterações visam uma formação aos jovens que seja de caráter mais completo e crítico, mas de formá-los estritamente para o mercado de remuneração e para a internalização da ideologia liberal de que o esforço individual é capaz de fazer com que eles considerem as condições concretas que precisam ser garantidas a eles.

Diferentemente dessa perspectiva de mudança que não está associada às transformações que amplie a qualidade de vida mais profunda e completa para os indivíduos, Ferreira (2017, p. 306) argumenta que para

alterar a qualidade do que é oferecido no Ensino Médio e ampliar as possibilidades de aprendizagem é necessário um conjunto articulado de ações envolvendo, para sua execução, as redes de ensino, a ação conjunta e de um projeto societário republicano com vistas à emancipação política que está na voz de muitos jovens em diversos espaços educativos.

Entretanto, não é o que se demonstra na atual reforma do Ensino Médio a partir das mudanças postas que reforça a educação na formação e desenvolvimento integral das potencialidades dos sujeitos, conforme estamos arguindo.

Será a juventude da classe trabalhadora, sobretudo, o público alvo dessa reforma como indicam os dados do Censo da Educação Básica. A rede estadual é responsável pelo maior número de escolas de ensino médio. 68,2% delas pertencem a essa rede. O Ensino Médio se encontra na rede estadual. Esses dados a priori, evidenciam que a rede estadual é formada por trabalhadores que dependem do serviço público para sua formação.

De acordo com Mesquita e Lelis (2015, p. 824):

com o processo de democratização da educação, os jovens de setores populares passam. A sua maioria chega à escola sem incentivos pessoais e familiares, e sem reconhecer sua cultura, não encontrando, na maioria das vezes, sentido nos conteúdos ensinados, no papel do conhecimento como capital cultural.

As alterações previstas na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) como a ampliação da carga horária (em um contexto em que se estabelece um teto de investimentos de recursos públicos na educação e saúde); obrigatoriedade de Língua Portuguesa e Matemática em todas as modalidades de ensino médio; não-obrigatoriedade dos demais campos do conhecimento (nega-se a possibilidade do estudante se apropriar de conhecimentos que permitem o conhecimento crítico sobre a realidade social); a inclusão da educação profissional e técnica e o notório saber em determinadas áreas do conhecimento agravando o processo de precarização e desvalorização da formação para o mercado de trabalho, induzirão ao maior rebaixamento da qualidade da educação e a uma educação desigual e mais desigualitária e acessível para os segmentos excluídos socialmente.

Além disso, em decorrência do texto da lei da Reforma do Ensino Médio, se institui também a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) em tempo integral, atribuindo 20% para o turno diurno, 30% para o noturno e 80% para a Educação de Jovens e Adultos. Isso representa um grave problema para a Educação Básica, considerando os fatores de acompanhamento e avaliação da aprendizagem. Como eles tenham acesso a esse tipo de modalidade e recursos necessários e, novamente, a precarização maior das funções dos profissionais da docência que se encontram perante um quadro de mudanças formativas, curriculares e sociais do magistério.

Tais propostas de mudança são extremamente preocupantes, pois ao invés de fortalecer o conhecimento, promove o esvaziamento de conteúdos que as pedagogias do aprender a aprender têm por perspectiva de formação baseada no conjunto dos conhecimentos elaborados – fragmentada em uma área composta pelos fragmentos que interessa para seu futuro profissional. (DUARTE, 2018, p. 10).

A necessidade de reformular o Ensino Médio, em um contexto de crise estrutural, não é à toa, pois discutida pelos educadores, esta reforma possui uma finalidade de não só reforçar a ideologia do capital, mas de produzir novas condições exploradas pelo mercado, tratando-se de uma contrarreforma que expressa o projeto da classe dominante brasileira de capitalismo dependente e desenvolvimento desigual que condena gerações ao trabalho simples e não reflete o desenvolvimento de um pensamento mais crítico (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

Segundo Frigotto e Ciavatta (2011, p. 633):

As políticas do ensino médio, em todas as suas modalidades e nas diretrizes que orientam, são pautadas pela dominância do pensamento empresarial. Paradoxalmente, o ideário educacional da sociedade do conhecimento, pedagogia das competências, empreendedorismo e inovação, sob a perspectiva do produtivismo e na orientação pragmática e fragmentária das demandas curriculares, reforça a lógica da

A partir das considerações de diversos pesquisadores (SILVA; SCHEIBE, 2017, DUARTE; DERISSO, 2017, FERREIRA, 2017, FERRETTI, 2018) sobre a lógica perpetrada pela Reforma do Ensino Médio no quesito demandas do capital, pode-se inferir que esta reforma busca reduzir ainda mais o papel crítico que a educação desempenha na formação de uma juventude servil e incapaz de desenvolver qualquer senso crítico sobre as mazelas conformando e naturalizando seus efeitos negativos para o convívio social.

Por isso, enfatizamos o papel central da instituição escolar para a formação dos indivíduos, tanto na perspectiva científica como no processo de socialização e construção de relações éticas, humanas e solidárias. É evidente defendendo o modelo escolar vigente, mas posicionando o papel que a instituição escolar poderá assumir na perspectiva diferente da ora existente. Em consonância com a posição de Saviani (2013, p. 14), portanto, instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos

Diante da Reforma do Ensino Médio, notam-se dois aspectos marcantes que a educação na atual conjuntura longo do texto, trata-se da demarcação expressiva do caráter mercantil da educação, ao fazer dela um instrumento do sistema do capital.

O segundo, de caráter mais ideológico, diz respeito à utilização da educação como um campo de disputa para difundir as suas ideias e princípios autoritários, inibindo o espaço possível para a pluralidade de pensamentos, fazendo com que a sociedade delegue o poder àqueles que historicamente oprimem os que não se enquadram na dominante autoritária, a exemplo da proposição de leis como a Escola sem Partido (HERMIDA; LIRA, 2018, p. 1)

Ferretti (2018) também nota que a atual reforma do Ensino Médio não caminha no sentido das mudanças necessárias, uma vez que tal medida se volta para

a mera instrumentalização dos trabalhadores e seus filhos, valendo-se, inclusive, das instituições privadas articuladas em torno do Movimento Todos pela Educação, este instrumento de educação pública e à própria reforma. Contrariamente à formação integral que tais setores representam, trata-se de um processo de semiformação de caráter pragmático que encontra eco e pode se repetir na educação pública em virtude do momento político e econômico que vivemos no país desde 2016.

Sob a argumentação que sustenta a atual reforma de que é necessário reformar essa etapa para as novas demandas da sociedade, bem como atender as expectativas juvenis, a finalidade do Ensino Médio mediante esse novo currículo no mercado do trabalho, seja para conter a pressão por acesso à educação superior, seja para atender a demandas, ofertando e reorganizando o currículo em função da lógica mercantil, determinando campos do conhecimento menosprezando áreas que corroboram para a formação crítica dos indivíduos.

Nesse contexto em que a educação vem sendo utilizada pela classe dominante como um instrumento de controle no âmbito econômico, político e social, é mais do que necessário, na contramão dessa lógica, buscar meios de instrumento de resistência e mudança.

Os movimentos sociais, os educadores, os setores progressistas e toda classe trabalhadora devem construir uma consistente unidade de classe a estas políticas de retrocesso e desmonte da educação pública, bem como e, educação com as lutas gerais.

Nesse quesito é possível, por exemplo, fortalecer o debate crítico acerca de temas sociais, políticos e econômicos, considerando as especificidades pedagógicas dos alunos e professores. Pois, deixar o debate sobre temas de conteúdo do ensino dos conteúdos é desconsiderar que a escola tem a função social de formar sujeitos críticos e conscientes sobre ela.

Esse modelo de educação será mais democrático porque necessariamente será mais inclusivo, heterogêneo e diversificado nos rumos do processo educacional a partir do contexto social, econômico e cultural dos espaços educacionais.

Considerações finais

No contexto da crise estrutural do capital, a educação - enquanto prática social que permite o desenvolvimento do sistema com fins mercadológicos para continuar mantendo a existência do capitalismo, através dos mecanismos que direcionam saberes e práticas no processo de aprendizagem que reforçam a aptidão e habilidades para o mercado de trabalho - ideológicos do sistema capitalista como únicos, verdadeiros e imutáveis, em que qualquer “desvio” desse sistema é controlado.

Nesse sentido, na atualidade, a realidade da educação brasileira torna-se um campo que vem sendo disputado por aqueles que estão à serviço dos interesses do sistema do capital que buscam não só propor diretrizes e princípios, mas também espaços educativos, ganhando adesão e lugar de controle e muitas vezes sob a tutela do Estado.

A Reforma do Ensino Médio é um exemplo notável de como a sociabilidade capitalista busca garantir o seu funcionamento, mediante uma reforma que altera a estrutura do Ensino Médio por meio de medidas que fortalecem a classe trabalhadora e maximiza a formação mais ampla para a classe dominante.

Na contramão desse cenário estereotipado, em que o capital transforma a educação em mercadoria e em instrumento de controle dos indivíduos, é preciso fazer da educação uma alternativa de resistência e mudança ao atual estado de coisas, sob o risco de se tornarem irreversíveis.

Acreditamos que é possível encontrar alternativas de resistência ao que vem sendo imposto à sociedade. Para isso, é necessário um debate crítico no interior das escolas, fortalecer o diálogo, munir-se de conhecimentos de relevância para a construção de suas infinitas formas e atuar com voz ativa nos espaços de atuação pública que possibilitem a todos um processo de compreensão e transformação da realidade, motivadas pela defesa de uma educação igualitária, democrática e

[i] Há diversos programas educacionais geridos pelos organismos empresariais como a Fundação Bradesco, Fundação Aryton Senna, Fundação Roberto Marinho, dentre outras.

[ii] http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&catid=102481-rceb003-18&Itemid=102481-rceb003-18

Referências

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sara Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994. p. 15-46.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, [2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CHESNAIS, François. Não só uma crise econômica e financeira, uma crise de civilização. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. (Orgs.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 187-198.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00373.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

DUARTE, Rita de Cássia; DERISSO, José Luis. A reforma neoliberal do ensino médio e a gradual descaracterização da escola. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 132-141, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21857/14887>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr./jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00293.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v32n93/0103-4014-ea-32-93-0025.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul./set., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a02v32n116.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. O programa Escola Livre em Alagoas, a crise de acumulação do capital e o fortalecimento da direita política brasileira. **Revista Exitus**, Santarém, v. 8, n. 1, p. 141-170, 2018. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/393>. Acesso em: 17 jun. 2019.

INEP. **Censo escolar da educação básica 2017**: notas estáticas. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

MESQUITA, Silvana; LELIS, Isabel. Cenários do Ensino Médio no Brasil. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 821-842, out./dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-0821.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Vânia Cardoso; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

OLIVEIRA, Ramon de. **Empresariado industrial e a educação brasileira**: qualificar para competir? São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.

Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 75-86.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SILVA, Mônica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio – pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769/721>. Acesso em: 17 jun. 2019.

[1] Há diversos programas educacionais geridos pelos organismos empresariais como a Fundação Bradesco, Fundação Aryton Senna, Fundação Roberto Marinho, dentre outras.

[1] http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&catid=102481-rceb003-18&Itemid=102481-rceb003-18